

Espaço para crescer

EDUARDO MARTINS

Um privilegiado segundo lugar na preferência das mil maiores empresas do mundo faz do Brasil um mercado mais que promissor, atrás apenas dos Estados Unidos.

O resultado da pesquisa feita por uma das mais conceituadas empresas de consultoria globais, a A.T. Kearney, foi publicado há poucos dias na coluna de Joelmir Beting e, estranhamente, não causou repercussão.

Nem mesmo para o fato de que entre os critérios definidos pelas empresas para escolher os países destino de seu capital ocupe lugar privilegiado a existência de regras ambientais. Mais um elemento a compor o universo das legitimidades que a área ambiental vem conquistando.

A percepção pública sobre o meio ambiente cresce visivelmente, ainda que se coloque à parte da questão e eleja bandeiras distantes da sua realidade, talvez como tentativa da compra de indulgência dos pecados passados e futuros, ou, ainda, da acomodação numa visão mecanicista do universo.

O rigor dos critérios de financiamento internacionais avança, mas carece de análise mais profunda a contribuição das agências multilaterais, principalmente a partir do início da década. Nunca antes o financiamento praticado pelos setores público e privado no Brasil havia passado pela avaliação ambiental e, conseqüentemente, pela exigência de obrigações e desempenhos.

O Brasil vem assistindo ainda, dentre as conquistas da área ambiental, ao crescimento do exercício da pressão externa, seja através dos canais diplomáticos, da mídia ou das organizações não-governamentais.

Essas conquistas permitem ao Brasil exercer o papel único nas Américas (exceção para Estados Unidos e Canadá) de portador de melhor perfil de gestão ambiental, ainda que enfrente um passivo enorme. Espetacular, esse passivo se traduz em desafio ao país para dar ao mundo a sua contribuição civilizatória, usufruindo do privilégio de ser o único detentor de megadiversidade, grande dimensão e recursos hídricos com esta chance.

Assim, a nova legitimidade está se construindo, tanto que a comunidade empresarial mundial deu lugar de destaque — a quarta posição — à existência de regras ambientais entre os seus critérios de escolha, à frente mesmo da facilidade na remessa de lucros. A pesquisa mostra, assim, que além da estabilidade macroeconômica as regras ambientais cresceram de importância no setor produtivo. Poucos diriam que a gestão ambiental brasileira, a mais avançada da América Latina do ponto de vista de normas e implementação, seria um patrimônio da sociedade brasileira e indutor de investimentos externos.

Antes que alguém desavisado se aventure em achar que as empresas tiveram uma recaída e voltarão a defender a falta de regras ambientais, elas mandam um recado preciso: querem dispor de práticas de gestão ambiental operantes, previsíveis e estáveis.

Essa nova legitimidade é fundamental para sensibilizar, ou quem sabe converter, as últimas resistências à consolidação da gestão ambiental no Brasil. Resistências que partem do corporativismo atrasado e anacrônico do setor empresarial, que felizmente vem sendo substituído; dos que têm responsabilidade no crescimento do país, elegem a ênfase desenvolvimentista e entendem gestão ambiental como impeditiva em vez de percebê-la como oportunidade e vantagem comparativa. Resistências que ainda permeiam algumas decisões judiciais, auto-revestidas de um poder divino, que sustentam que o interesse econômico se sobrepõe ao interesse público.

As maiores empresas do mundo estão abrindo nova oportunidade para a gestão ambiental. Com o convencimento do capital, é hora de resolver o problema doméstico e formular uma agenda ambiental a partir da integração das forças políticas, ambientalistas e da sociedade como um todo.

EDUARDO MARTINS é presidente do Ibama.